

Notas sobre o embate racial na imprensa de Luanda (1893-1901)

Helena Wakim Moreno*

Introdução

O intuito deste artigo é refletir acerca de alguns aspectos que levam a uma cisão na sociedade de Luanda em torno da questão racial. A sociedade dividida a partir de raças já estava presente há tempos no discurso português. Contudo, diversas transformações na cidade de Luanda e na conjuntura internacional principalmente na segunda metade do século XIX levaram a um aprofundamento desta questão, fazendo com que a cor da pele se tornasse fator determinante de exclusão.

Na cidade de Luanda, a imprensa foi o veículo eleito pelos crioulos para colocar responder às mudanças efetivadas pela administração colonial. Meio de congregação destes novos excluídos, a imprensa luandense é um ponto privilegiado para acompanhar a chamada polêmica do “ódio de raças” em Angola.

Tempo de Transformações

Entreposto comercial desde o século XVI, a cidade de Luanda conheceu um fenômeno freqüente às cidades de colonização portuguesa: devido ao baixo número de mulheres européias residentes no local, os portugueses acabavam por se casar com mulheres provenientes das populações locais.¹

Em contornos mais marcados do que a princípio se pode imaginar, na década de 1820, a noção de raça estava presente com força na percepção portuguesa, como demonstram as classificações utilizadas pelos censos. A maior parte da população branca residia em Luanda, e trabalhava como agentes de firmas metropolitanas (DIAS, In: MARQUES e SERRÃO, 1998: 351). Eram em sua maioria degredados em busca de somas de réis e, portanto, raramente se fixavam em Angola. Também em Luanda estavam os militares e alguns funcionários da administração portuguesa.

*Universidade de São Paulo, Mestranda.

¹ Para uma idéia mais nítida desta proporção, em 1846 existia aproximadamente uma mulher branca para cada onze homens brancos. (COLLELO apud BITTENCOURT).

Contudo, a presença portuguesa era escassa demais para tocar a máquina colonial. Durante o turbulento século XIX português, a coroa enquanto lhe coube, centrou suas preocupações no Brasil. Passada a independência da então jóia da coroa, Portugal se viu abalado por crises de natureza política e econômica. Falta de recursos ou falta de interesse, o resultado era uma colônia que não possuía sequer funcionários metropolitanos o suficiente para fazer funcionar a administração colonial.

Assim sendo, o governo colonial não enxergou outra opção que não fosse empregar quem o censo caracterizava como *filhos do país*. O termo, *filhos do país*, que no início do século foi empregado pelo poder colonial para diferenciar a população nascida em Angola, foi reapropriado pelos próprios em fins do século XIX e início do século XX em um embrionário processo de afirmação de identidade. Para designar este grupo, será empregado aqui o termo crioulo. Como lembra Mario Pinto de Andrade, o termo deve ser empregado em sentido cultural, e não racial, uma vez que por “crioulo” estão identificados indivíduos que podem ser mestiços, mas também negros e em alguns casos, brancos (ANDRADE, 1997: 23). No cenário social, os crioulos eram um grupo intermediário, entre os europeus e as populações que mantinham o seu modo de vida tradicional.

Apesar de socialmente serem uma camada intermediária, algumas famílias crioulas tinham uma posição social de destaque. A origem de sua fortuna estava no comércio. Enquanto os portugueses permaneceram por mais de dois séculos relegados ao litoral, salvo as exceções que confirmam a regra², alguns crioulos fizeram fortuna comerciando com o interior produtos alimentícios e escravos. Também no litoral, algumas famílias enriqueceram assim.

Entretanto em meados do século XIX, quando o peso da proibição do tráfico de escravos se fez sentir, foi necessário a essas famílias pertencentes a elite crioula reorientar seus objetos de comércio: os produtos agora eram a cera, o marfim e a borracha (BITTENCOURT, 1999: 40). Mesmo tento entendido que era preciso mudar e ter se rearranjado em uma nova atividade comercial, a situação era outra: os ganhos do

² Um exemplo notável é o sertanejo Silva Porto, que nascido em Portugal empregou diversas viagens ao interior do continente em busca de marfim. Partindo de Benguela, Silva Porto chegou até o Zambeze movido pelos lucros exorbitantes deste artigo de luxo. (BIRMINGHAM, 1989)

novo comércio não foram o suficiente para manter os mesmos ganhos e tem início aí um lento processo de decadência dessas famílias. Motivadores como as constantes epidemias que mantinham os europeus afastados do interior, acabaram por fazer com que também os crioulos que viviam então nas proximidades de Luanda fossem impelidos para a cidade.

No cenário da corrida colonial das décadas de 1870 e 1880, Portugal tinha diante de si o desafio de ocupar as terras da colônia. Apesar de no interior da metrópole o debate datar desta época³, apenas a partir da década de 1890 é que a questão começou a preocupar o governo português. O preço a ser pago, caso não tivesse êxito era alto demais: outra nação européia poderia começar a reivindicar o território, como havia ocorrido com a região do Zaire na década anterior.

Alarmado pelo passado próximo e pelo temor do presente, o governo português começou a incentivar a emigração para Angola. Mesmo sendo desejada a fixação da população portuguesa recém-chegada sobretudo na região do interior, uma parcela considerável se fixou na cidade de Luanda.

O crescente número de portugueses em Luanda iniciou uma paulatina substituição dos crioulos pelos recém emigrados na administração colonial. Em Portugal, o enraizamento do preceito que a humanidade estaria dividida em raças, não tardou a ecoar na outra margem do Atlântico. A noção de raça começou a ser discutida primeiramente por intelectuais como Oliveira Martins e Eduardo Costa (ALEXANDRE, 2000), ganhou voz nas ruas de Lisboa e não custou a chegar ao léxico dos portugueses que habitavam as colônias. Em 1893, o deputado por Angola Dantas Baracho, produziu nas Cortes uma intervenção repleta de opiniões do discurso sobre a superioridade racial do branco em uma versão banalizada⁴. O debate ficou conhecido como polêmica sobre o “ódio de raça”.

³ Essa questão foi notada pela Sociedade de Geografia de Lisboa já no início da década de 1880. Ao realizar um levantamento acerca das colônias de emigração portuguesa, ficou constatado que nenhuma delas estava situada no continente africano.

In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 2ª. Série, 1880-1881.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 3ª. Série, 1882.

⁴ O discurso de Dantas Baracho foi publicado no periódico *Gazeta de Loanda*, nº 4. Nele aparecessem expressas opiniões como “não pode considerar como gente o preto, nem consentir que as leis o

Esta camada urbana de mestiços alfabetizados que até a década de 1880 está empregada em cargos importantes da administração colonial, tem seus postos rebaixados ou são desligados do serviço público. Portanto são os dois fatores alinhavados que despontam esta nova dinâmica em Luanda: a emigração portuguesa somada ao discurso produzido na metrópole.

Sentindo o pesar da nova situação, esta elite urbana passava a ter na imprensa seu principal porta-voz. A repercussão das palavras do deputado se manifestou nos jornais e diversos indivíduos pertencentes ao grupo crioulo exprimiram sua opinião acerca do tema.

Espaço em Transformação

Para melhor compreender o gradual processo de desclassificação sofrido pelos crioulos é necessário um olhar às transformações também sofridas em Luanda. Acredito que para ter uma noção mais completa da cidade, é preciso compreendê-la em sua dinâmica com o Atlântico, mas também com o interior, principalmente com os rios Kwanza e Bengo. Entretanto, em função do recorte definido, o presente artigo se concentrará mais na dimensão espacial de Luanda.

Auxiliada por sua posição geográfica, assim como já mencionado, Luanda passou a concentrar características do outro lado do Atlântico junto a elementos provenientes da região. Neste sentido, é possível afirmar que Luanda representa o que Mary Louise Pratt chama de zona de contato. Para a autora, o conceito pode ser empregado para designar “o espaço de encontros coloniais, no qual pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas” e normalmente assimétricas (PRATT, 1999: 31-32).

proveitem”.

(BARACHO apud (VÁRIOS AUTORES), 1901: 27)

O estudo de periódicos para entender as reivindicações dos angolenses durante este período já foi realizado pelos importantes trabalhos de Marcelo Bittencourt, Aida Freudenthal, Jill Dias entre outros.

(BITTENCOURT, 1999).

(FREUDENTHAL, 1988: 13-57)

(DIAS, 1984: 61-94)

Como mais tarde escreveu o então governador de Angola, Paiva Couceiro, com exceção de algumas cidades costeiras como Luanda e Benguela, o território de Angola era um conjunto de feitorias com uma população em constante deslocamento (COUCEIRO apud FREUDENTHAL, 2001). Entre as poucas cidades, em função de sua centralidade administrativa, Luanda era a mais populosa. Segundo Mourão (2006), na virada do século a cidade tinha aproximadamente 20 mil habitantes, um número que reinava solitário em uma zona quase despovoada (BOAHEN, 2010: 561).

Encerrado o momento de expansão da corrida colonial, Portugal agora tinha diante de si o desafio de adentrar o território das colônias com o objetivo de submeter ao poder português, ou nos termos da época “avassalar”, a população residente no interior. Esta nova fase, na qual Portugal precisava defrontar-se com o império que não era o almejado, começou por uma remodelagem na capital. Datam desta virada de século o aparecimento dos musseques, como resultado de uma pressão sobre os membros do grupo crioulo desprovidos de posse (MOURÃO, 2006). Neste período de repensar o espaço urbano, deparamo-nos com a tentativa da administração colonial de fixar o espaço de atuação das tradicionais quitandeiras, restringindo-o a pontos fixos, impedindo sua circulação pela cidade. Montar seu comércio em um espaço pré-determinado evidentemente vinha acompanhado de um imposto (PANTOJA, 2000). Era o crescimento dos tentáculos da burocracia colonial.

A imprensa em Luanda

Segundo Júlio de Castro Lopo, a imprensa se encontrava em atividade desde os anos 1845, com a publicação do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola* (LOPO, 1964). A partir da publicação do jornal *A civilização da Africa Portuguesa*, a própria população da colônia começou este e os próximos periódicos de “Imprensa Livre”, em oposição ao *Boletim do Governo Geral*, publicação que pertencia ao Estado português. O termo “Imprensa Livre” foi também adotado por Júlio de Castro Lopo para designar o período na história do jornalismo de Angola no qual a imprensa ainda não funcionava de forma profissional, a maioria dos funcionários do jornal possuía também outra ocupação.

Justamente por ser a principal cidade de Angola, no campo da imprensa Luanda apresenta um cenário que contrasta bastante com o restante do país. De acordo com os números de Artur Queirós (2010), durante o século XIX circularam em Angola 59 jornais. Destas 59 publicações, 49 foram editados em Luanda, 6 em Mossâmedes, 2 em Benguela, 1 em Ambriz e 1 em Catumbela. Essas publicações eram na maioria das vezes impressas em Portugal. Contudo, em 1891, é instalada em Luanda uma gráfica, a primeira da África Portuguesa (BOAHEN, 2010: 670).

Já durante a década de 1890, é perceptível uma mudança de postura por parte de alguns setores da imprensa. Um exemplo bastante significativo é o jornal *Arauto Africano*, cujo primeiro número data de 1889. O jornal possuía um conteúdo polêmico e em alguns números chegava a falar contra o governo da província. O resultado foi um processo judicial e o jornal foi obrigado a reorientar sua linha editorial, mudando seu nome para *O Polícia Africano* (1890). O binômio protesto-repressão começava a ganhar a imprensa, e se fortaleceria nas próximas décadas.

Voz de Angola clamando no deserto

É como resposta aos debates racistas realizados pelos europeus na imprensa e no parlamento, são reunidos artigos de vários autores e publicado em 1901 *Voz de Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. A referência a voz que clama no deserto foi retirada da Bíblia. Ela aparece nos quatro evangelhos do novo testamento em uma referência a Isaías. Isaías, o mais radical dos profetas do velho testamento prevê a vinda do Messias. O texto de Isaías, conhecido como “o grande clássico da Bíblia” (*Bíblia de Jerusalém*, 2003: 1238), traz constantemente referências a punições que recairão sobre aqueles que tratam os pobres e os fracos com injustiça: o profeta Isaías teria escrito sob a ameaça crescente que a Assíria fazia sob os reinos de Israel e Judá, onde residia o profeta (*Bíblia de Jerusalém*, 2003: 1237). Apenas pelo título é possível perceber que, além de um documento de protesto, *Voz de Angola clamando no deserto*, trás uma escrita repleta de preocupações estéticas (OLIVEIRA, 1997).

A coletânea foi publicada em forma de livro e trás um conjunto de artigos acerca da questão. Os oito primeiros artigos foram editados como resposta, não só ao discurso de

Dantas Baracho intitulado *Contra a lei, pela grey*, publicado pelo jornal *Gazeta de Loanda*, mas aos artigos que regularmente eram publicados no jornal que discriminavam a população local. Os demais artigos são republicações de outros materiais que apontam na mesma direção dos primeiros: se colocam contra a postura portuguesa.

Voz de Angola clamando no deserto se destaca também por ter sido a primeira publicação deste tipo a reunir tanto a população local residente em Luanda, quanto autores que residiam no interior da colônia. A população do interior também entra constantemente em atrito com o poder colonial devido a expansão portuguesa no interior da colônia e a medidas protecionistas e tarifas impostas por Portugal que acabavam por encarecer os produtos agrícolas provenientes da região.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

_____. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ANDRADE, Mário. *Origens do nacionalismo africano (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ANTONIO, MARIO. *Luanda “ilê” créole*. Lisboa: Agência- Geral do Ultramar, 1970. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

BIRMINGHAM, David. “O comércio sertanejo em Luanda no século dezanove”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10 e 11, 1989, pp. 283-288.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.

BOAHEN, Albert Adu (Edit). *História Geral da África –A África sob a dominação colonial*. Brasília: Unesco, 2010, vol. VII.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRADO, Jacopo. *The creole elite and the rise of Angolan protonationalism (1870-1920)*. Amherst: Cambria Press, 2008.

DIAS, Jill. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, 1984, pp. 61-94.

FREUDENTHAL, Aida. “Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912.” *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 8 e 9, Janeiro-Dezembro, 1988, pp. 13-57.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964.

MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X – O Império Africano: 1825-1890*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

MARTINS, Maria Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

OLIVEIRA, M. A. Fernandes. *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: IN/CM, 1997.

PANTOJA, Selma. “Quitanda e quitandeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930): III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 175-185.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

QUEIRÓS, Artur. “Os pioneiros do jornalismo em Angola”. *Jornal de Angola*, 2010. Consultado em 12/11/2010. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/os_pioneiros_do_jornalismo_em_angola

SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930): III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000.

(VÁRIOS AUTORES). *Voz de Angola clamando no deserto – Oferecida aos amigos da verdade pelos naturais*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar – A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ – Editora Revan, 2008.